



# Os atores do desenvolvimento rural

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS  
E PRÁTICAS SOCIAIS**

**Sergio Schneider  
Marcio Gazolla**  
Organizadores

  
**UFRGS**  
EDITORA

  
**PGDR**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

# Os atores do desenvolvimento rural



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Rui Vicente Oppermann**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Alexandre Santos**

**Ana Lígia Lia de Paula Ramos**

**Carlos Alberto Steil**

**Cornelia Eckert**

**Maria do Rocio Fontoura Teixeira**

**Rejane Maria Ribeiro Teixeira**

**Rosa Nívea Pedroso**

**Sergio Schneider**

**Susana Cardoso**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Valéria N. Oliveira Monaretto**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

# Os atores do desenvolvimento rural

**Sergio Schneider**  
**Marcio Gazolla**  
Organizadores

© dos autores  
1ª edição: 2011

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Ilustração da capa: arte popular, México  
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

---

A881 Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / organizadores Sergio Schneider [e] Marcio Gazolla. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

328 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultores – Construção – Autonomia – Diversidade. 4. Agricultura familiar – Novos mercados. 5. Agroindústria rural – Redes de desenvolvimento. 6. Agricultura – Criatividade – Conhecimento. 7. Agricultura familiar – Diversificação agrícola. 8. Turismo rural – Campos de Cima da Serra, RS. 9. Agricultura ecológica – Certificação participativa. 10. Agricultura – Desenvolvimento – Conservação ambiental. I. Schneider, Sergio. II. Gazolla, Marcio. III. Série.

CDU 338.43.01(81)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0136-4

# Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar<sup>1</sup>

Miguel Angelo Perondi

Sergio Schneider

## Introdução

A agricultura familiar da região sudoeste do Paraná vem sendo submetida a um processo de mercantilização da vida social e econômica que provoca sua diversificação. Este processo de mercantilização é desuniforme, gradual, heterogêneo e resulta numa complexa agricultura que utiliza numerosos elementos que, eventualmente, podem se transformar ou não em produtos mercantilizados (Ploeg, 1993).

Neste caso, portanto, a “mercantilização” possui um sentido amplo, sendo a “modernização” apenas uma de suas dimensões que impactam o sistema produtivo. Assim, a mesma mercantilização que provoca a adoção tecnológica e a especialização da produção, também pode proporcionar maior autonomia e menor dependência de determinadas relações de produção com o mercado.

Todavia, mesmo sendo palco de significativas transformações, a região segue privilegiando a produção de *commodities* agrícolas, uma estratégia de desenvolvimento que fragiliza e asfixia as próprias iniciativas de desenvolvimento endógeno. Sendo que a produção de *commodities* agrícolas acaba por fortalecer e recriar as condições do desenvolvimento exógeno, um modelo que articula o rural submetido à dinâmica urbana industrial e de serviços (Lowe *et al.*, 1995).

Entretanto, esta pesquisa evidencia uma abordagem de desenvolvimento que procura ampliar a participação dos grupos sociais nas atividades econômicas e no desenvolvimento, tendo como força dinâmica as iniciativas locais e permitindo que as áreas rurais participem dos outros setores econômicos.

Ellis (2000) acredita que o desenvolvimento endógeno se explica pela própria capacidade de diversificação dos meios de vida. A criação de diversidade em processos sociais e econômicos se reflete em fatores que pressionam e oportunizam à família a adaptação e diversificação de seu meio de vida e, por consequência, de seu meio rural, do local e da própria região.

Mas a dependência na produção de *commodities* agrícolas pode reduzir a capacidade de diversificação da agricultura familiar? Para responder esta pergunta, procurar-se-á identificar a composição da renda dos agricultores familiares de um município e caracterizar sua capacidade de diversificação agrícola e intersetorial.

---

<sup>1</sup> Capítulo baseado na tese de doutorado do autor, defendido em fevereiro de 2007, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo retrata parte do trabalho de Perondi (2007) que pesquisou 100 famílias rurais do município de Itapejara d'Oeste no ano de 2005. Uma pesquisa de caráter qualitativo que buscou aclarar alguns aspectos da questão investigada com dados quantitativos (Godoy, 1995). Uma entrevista cuja a unidade de análise foi a *família*, sendo justamente o espaço doméstico o foco de captura das estratégias de meios de vida que os agricultores estabelecem para garantir a reprodução social (Ellis, 2000).

A Figura 1, a seguir, sintetiza o organograma desenvolvido pelo projeto “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul” (Schneider e Anjos, 2003), modificado por Schneider (2006) e que possibilitou tipificar a renda das famílias rurais pesquisadas.

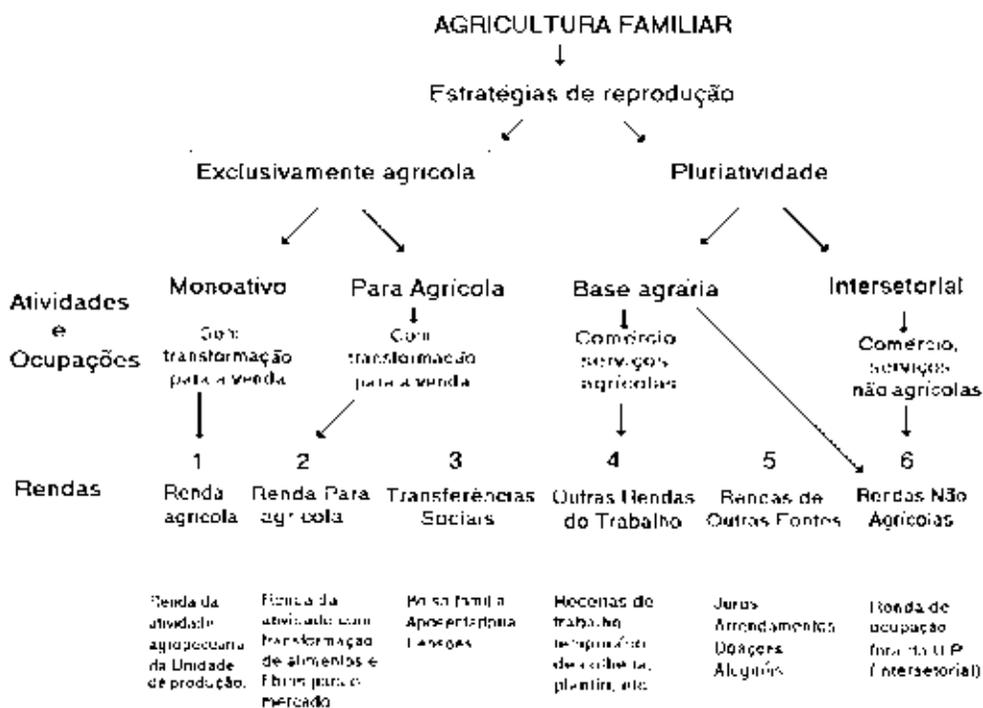


Figura 1: Organograma de tipificação das rendas

Fonte: Versão modificada de Schneider e Anjos (2003) e Schneider (2006).

A partir desta tipologia de rendas Perondi (2007) formou um banco de dados com questões que caracterizam a renda da família rural. Salienta-se que os estudos recentes que utilizaram o banco de dados do Gepad/PGDR,<sup>2</sup> como Conterato (2004), Gazolla (2004) e

<sup>2</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Radomsky (2006), além de outras dissertações e teses em andamento, têm demonstrado que seu arranjo permite estabelecer algumas conclusões sobre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares em ambientes mercantilizados, inclusive permite analisar de forma diferenciada os agricultores monoativos dos pluriativos.

## **Diversificação rural**

Para Ploeg (1993) a mercantilização não pode ser conceituada em termos de um padrão unilinear de desenvolvimento, uma força homogeneizadora, ao contrário, seu efeito é a causa de maior diversidade pois sempre haverá unidades ou parte de processos não mercantilizados em sociedades de maior ou menor desenvolvimento.

Por isso, a premissa de desenvolvimento endógeno de Ploeg se fundamenta no ambiente de relações estabelecidas na unidade de produção “camponesa”: “o modo de produção camponês é a pequena produção mercantil (PPM) quando o resultado da produção é comercializado, entretanto, a força de trabalho e os outros recursos cruciais não entram no processo de trabalho como mercadoria pois são valores-de-uso com diferentes biografias” (Ploeg, 2006, p. 18).

Para Ploeg (2006) o processo de produzir no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores de uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que não são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção.

No modo de produção camponês, o crescimento se realiza, no plano da unidade de produção, com base no processo do trabalho. Assim o crescimento da produção ocorre na forma de uma intensificação do trabalho por área útil e do capital por unidade de área, isto porque, via de regra, sua base de recursos (terra) é limitada (Ploeg, 2006).

Entretanto, no modo “empresarial” de produção agrícola, as atividades de reprodução são crescentemente externalizadas para as agências de fora, ou seja: “O modo de produção empresarial é a produção simples de mercantil (PSM), que com exceção do trabalho, mercantiliza todos os demais recursos materiais e sociais no processo do trabalho” (Ploeg, 2006, p. 19).

Observe neste conceito que a unidade orgânica entre produção e reprodução é substituída por uma complexa rede de relações mercantis e de prescrições técnicas, onde a estratégia de reprodução dos fatores produtivos é que define a estratégia de diversificação, incorporando maior ou menor externalidade, dependendo da sua capacidade de “criação de valor agregado e de empregos produtivos” (Ploeg, 2006, p. 26).

Entretanto, segundo Ellis (2000), a diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam, e que também oportunizam, às famílias, a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida. Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural.

Por isso, Ellis (1998) salienta que a diversificação da renda não é sinônimo de diversificação do meio de vida. A primeira se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer, mas a diversificação de meios de vida inclui a variável do

tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo.

Como também chama a atenção para a unidade familiar como uma unidade de múltiplos propósitos, pois os seus membros são na verdade indivíduos dotados de identidade, e o meio de vida da família depende de um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade.

O reconhecimento da importância do processo de diversificação, segundo Ellis (1998), é decorrente de um interesse particular em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas rurais. Esta questão surge quando se observa que o desenvolvimento agrícola estimula as atividades não agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos, e cresce de tal forma, que os recursos decorrentes desta nova atividade iniciam por induzir novas transformações na agricultura, levando o crescimento das atividades não agrícolas se tornar agente das mudanças agrícolas.

Portanto, ao que parece, existe uma diferença de foco entre Ploeg e Ellis. Enquanto o primeiro está preocupado com o processo que ocorre dentro da porteira (diversificação agrícola), o segundo procura explicar a capacidade de diversificação e seus efeitos socioeconômicos numa forma mais ampla e além da unidade de produção.

## **Diversificação da unidade de produção**

Para estudar o processo de mercantilização, inicialmente foram comparados o consumo intermediário com o capital disponível e financiamento. O primeiro relacionado à externalidade da produção, o segundo como um indicador dos investimentos em tecnologia de produção (cientificação) e, o último, indicando a dependência financeira externa (monetarização) para a realização do custeio e investimento.

Segundo a Tabela 1, todos os estabelecimentos se encontram inseridos em algum circuito mercantil. Entretanto, um grupo de famílias (58% do total) consome 17,5% do total, ocupa 21% da área útil, possui menos de 16% do patrimônio e financia menos de 12% do montante total. E outro grupo de famílias (42%) consome mais de 82% do total, ocupa mais de 79% da área útil, possui mais de 84% do patrimônio e são responsáveis por mais de 88% do montante total financiado.

Neste panorama, pode-se perceber o que Ploeg (1993) caracterizou como diferentes graus de mercantilização entre agricultores vizinhos.

TABELA 1

Consumo intermediário (CI), superfície agrícola útil (SAU), capital disponível (CD)<sup>3</sup> e financiamento (F) segundo os estratos de consumo intermediário da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Estratos CI total/ano (mil R\$)	Nº	%	CI total/ano (mil R\$)	%	SAU (ha)	%	CD (mil R\$)	CD/SAU (R\$/ha)	Financ. total/ano (mil R\$)	F/SAU (R\$/ha)
0,01 a 5	16	16	44,99	1	77,7	3	125,35	1.613,70	25,47	327,88
5,01 a 10	16	32	112,89	4	137,7	5	381,99	2.773,88	66,38	482,03
10,01 a 20	26	58	383,67	12	305,7	12	1.022,44	3.344,36	207,33	678,15
20,01 a 50	24	82	766,88	25	608,8	24	2.657,43	4.364,74	451,20	741,08
> 50,01	18	100	1.795,23	58	1.394,4	56	5.534,17	3.968,83	1.789,30	1.283,19
Total	100	-	3.103,66	100	2.524,36	100	9.721,37	3.851,03	2.539,67	1.006,07

Fonte: Perondi (2007).

Mas, apesar dessa diferença, quando se calcula a renda agrícola média dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, percebe-se que percebem o valor equivalente a 0,7 salário mínimo por mês por trabalhador familiar.<sup>4</sup> Então, pergunta-se: Como podem os agricultores familiares obter uma renda média menor que um salário mínimo?

O início da resposta pode ser obtida ao estudar a Figura 2 a seguir, uma imagem da distribuição do valor bruto de produção (VBP) das atividades agrícolas da região e que revela que 87% do valor é oriundo da produção intensiva de animais de pequeno (aves) e médio porte (suínos), ovos e leite e da produção de grãos. Predomina, portanto, a produção de *commodities* agrícolas que demandam mais trabalho na pecuária do que na produção vegetal. Entretanto, ambas são tomadoras de preço e de baixo valor agregado.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> O capital disponível é a soma do patrimônio em máquinas e equipamentos da unidade de produção.

<sup>4</sup> Na verdade, ao invés desses agricultores perceberem somente 0,76 salários mínimos/mês, ver-se-á que a renda total é de 1,98 salários mínimos/mês (R\$ 5.709,07/ano). Sendo que em anos de safra normal, a remuneração média fica em torno de 2,32 salários mínimos/mês/trabalhador da família.

<sup>5</sup> Atividades agrícolas de maior valor agregado respondem por somente 6% VBP (frutas e hortaliças).

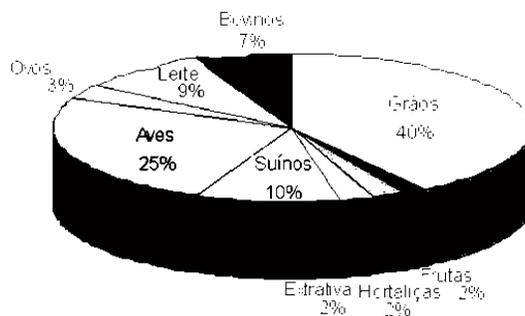


Figura 2: Distribuição do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Sudoeste em 2001  
Fonte: Ipardes (2004).

Outra explicação pode ser obtida no estudo da Figura 3, a seguir, uma imagem da proporção da renda agrícola em relação ao consumo intermediário.

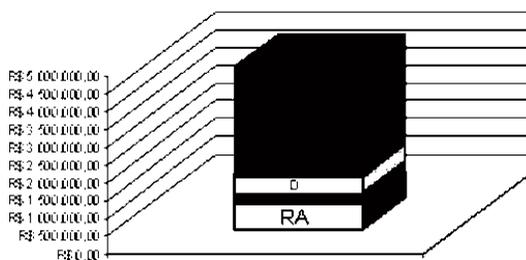


Figura 3: Proporção da renda agrícola total (RA), consumo intermediário (CI), depreciação (D) e divisor do valor agregado (DVA) da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005  
Fonte: Perondi (2007).

Observe na Figura 3 que a renda agrícola representou apenas 16% do produto bruto dos agricultores familiares enquanto que o consumo intermediário significou 68%. A predominância de um sistema de produção de elevada externalidade dos fatores de produção denota a maior importância da produção de *commodities* agrícolas nos sistemas de produção dos agricultores familiares da região, atividades que, segundo Ploeg (2006), transferem o valor agregado para as agências externas.

Também se observa na Figura 3 que a proporção da depreciação em relação ao consumo intermediário é muito pequena, o que denota a predominância do uso de máquinas e equipamentos que já ultrapassaram sua vida útil, encarecendo os gastos com manutenção (elevando o CI). Por outro lado, esta pode ter sido uma característica que resulta do uso compartilhado de máquinas e equipamentos entre os agricultores familiares. Estratégias estas que colaboram para otimizar um determinado capital disponível e, por consequência, reduzir o montante que seria imobilizado em depreciação.

Por fim, salienta-se que, nesse ano, as restituições de seguro agrícola reduziram o valor da distribuição do valor agregado, o que denota a contribuição do governo para amenizar o peso do endividamento. Isto colabora com a constatação de que esta agricultura depende do sistema de crédito para fazer funcionar o seu sistema de produção, como também depende do arrendamento para mobilizar uma quantia de terra suficiente à capacidade de trabalho da família. Sendo justamente a maior necessidade de insumos (elevando o CI) que eleva a demanda por financiamento (maior DVA).

Entretanto, nem todos os sistemas de produção possuem a mesma característica de dependência, e essa absorção de trabalho é maior na medida em que se afasta do sistema de produção vegetal. A Figura 4, a seguir, permite tal visualização, quando compara a proporção do valor agregado bruto acrescido sobre o consumo intermediário na medida em que se transforma a produção vegetal em animal e em alimentos transformados. A Figura 4 mostra que o gasto em insumos e serviços é 70% do produto bruto da produção vegetal, 50% da produção animal e menos de 8% da produção transformada.

É importante salientar que o valor agregado bruto do sistema de produção vegetal foi menor em alguma razão decorrente da estiagem, como também considerar que 4% do produto da produção vegetal foi consumido na propriedade, em vez de ter sido vendido (o que elevaria o VAB). Portanto, o sistema de produção vegetal subsidia o sistema de produção animal que, por sua vez, também subsidia o sistema de transformação.

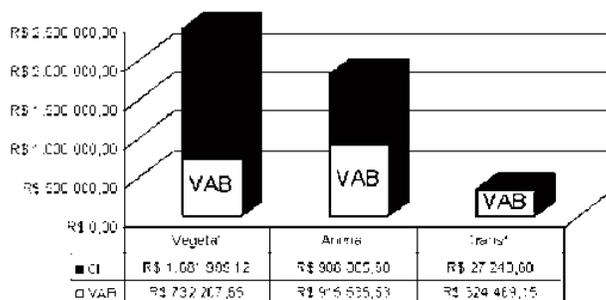


Figura 4: Proporção do valor agregado bruto (VAB) e o consumo intermediário (CI) entre os sistemas de cultivo, criações e de transformações da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Fonte: Perondi (2007).

Mas a questão mais importante da Figura 4 refere-se à oportunidade de perceber que o sistema de produção vegetal é o que mais depende do mercado e, na medida em que se avança a análise sobre os outros sistemas de produção, maior é o acréscimo de autonomia na reprodução dos fatores.

Assim, ao que parece, os graus de mercantilização que caracterizam os diferentes agricultores em Ploeg (1993) poderiam, de acordo com a proposta interpretativa da mercantilização de Ploeg (2006), também diferenciar os sistemas de produção num mesmo estabelecimento.

De certa forma isto explica porque alguns diagnósticos como Reis (Reis *et al.*, 2001a e 2001b) sobre os produtores de café e leite no sul de Minas Gerais descrevem situações econômicas e estilos gerenciais completamente diferentes sobre o mesmo produtor. Assim, um cafeicultor pode ser tido como eficiente e, ao mesmo tempo, sob o viés da atividade leiteira, ser tido como ineficiente. O mesmo pode se dizer dos produtores de soja e leite na região sudoeste do Paraná.

Mas para continuar realizando inferências sobre o processo de mercantilização, é preciso se libertar do restrito universo da produção agrícola, que explica somente parte do processo de diversificação. Portanto, procurar-se-á, a seguir, compreender as estratégias intersetoriais de diversificação da família.

### Diversificação da renda familiar

Quando se caracteriza a força de trabalho da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste, observou-se que 15% do tempo da UTH era empregado fora da unidade de produção. Portanto, para explicar as estratégias dos meios de vida destes agricultores, parece ser importante que se passe a considerar também as informações que extrapolam a porteira da unidade de produção.

Entretanto, nem todas as rendas podem ser capturadas com o estudo da ocupação porque nem toda ocupação resulta numa renda efetiva, e nem toda a renda resulta de um trabalho efetivo. A composição da renda familiar, além de refletir os resultados da ocupação, explica também, os rendimentos obtidos pela aposentadoria, pensão, juros, arrendamentos, doações e aluguéis. Aposentadoria, via de regra, não poderia nem ser considerada uma renda. Entretanto, explica um determinado meio de vida no meio rural.

Conforme foi inicialmente apresentado na Figura 1, a renda total resulta do produto de 5 diferentes tipos de rendas: renda agrícola, transferências sociais, rendas de outras fontes, outras rendas do trabalho e rendas de atividades não agrícolas. Assim, foi possível classificar a renda dos agricultores pesquisados como na Figura 5.

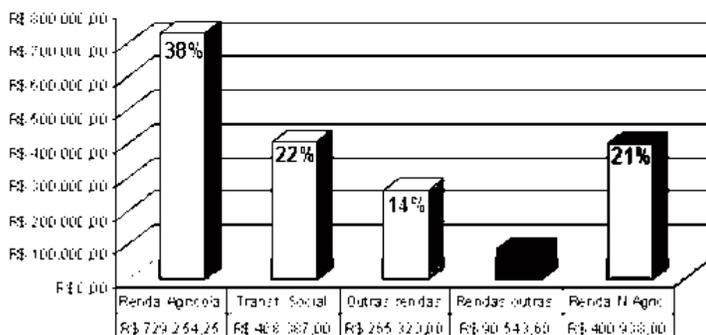


Figura 5 – Composição da renda total da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Fonte: Perondi (2007).

Segundo a Figura 5, a renda agrícola representou 38% da total, as transferências sociais significam 22%, outras rendas do trabalho (como a pluriatividade de base agrária) representou 14%, rendas de outras fontes (como juros e arrendamentos) 5% e as rendas não agrícolas (como a pluriatividade intersetorial) representam 21% da renda total.

Neste aspecto, a renda agrícola foi inferior ao somatório das rendas externas à unidade de produção e inferior a pluriatividade (35%). Por outro lado, deve-se lembrar que parte da renda agrícola foi comprometida com a estiagem da safra 2004/2005.<sup>6</sup> Mas, por outro lado, mesmo que a produtividade das culturas de verão tivesse sido a mesma da média histórica estadual,<sup>7</sup> a renda agrícola de Itapejara d'Oeste teria alcançado somente 48% da renda total. Um valor que ainda não supera o montante obtido das rendas externas.

Assim, observando-se que a renda agrícola representa apenas 1/3 do total do retorno das outras atividades, a Figura 5 acaba por representar os portfólios de atividades de Ellis (2000), uma metáfora que caracteriza o processo de diversificação dos meios de vida.

## **Diversificação agrícola e não agrícola**

Para compreender o processo de diversificação da agricultura familiar é preciso diferenciar o sistema de produção da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste segundo alguns critérios de produtividade (coeficientes técnicos<sup>8</sup>) e finalidade da produção.<sup>9</sup>

E, segundo a Tabela 2, a seguir, 43% dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste se caracterizam como especialistas numa única atividade agrícola, e outros 51% caracterizam-se como diversificados em mais de uma atividade agrícola.

Observa-se que a diversificação ocorre fora da unidade de produção rural (diversificação intersetorial) e, para tanto, parece imperativo pensar numa forma de associar o ingresso interno e externo, como na Tabela 2 a seguir.

---

<sup>6</sup> A estiagem na safra de verão de 1995 reduziu a renda dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste em R\$ 3.225.882,00 (perda de 14%). Entretanto, não houvesse o seguro agrícola para os custos da soja a perda teria sido de R\$ 5.074.001,80, ou seja, o governo federal subsidiou a renda total destes agricultores em R\$ 1.848.119,80, um subsídio de R\$ 1.848,12/família.

<sup>7</sup> A produtividade média entre 1998 e 2005 no Paraná foi de 2.700 kg/ha para o soja e de 4.725 kg/ha para o milho (Paraná, 2006).

<sup>8</sup> O coeficiente técnico foi construído obedecendo ao critério de refletir 2/3 da média geral.

<sup>9</sup> Seis famílias não atenderam ao critério mínimo de produtividade, sendo classificadas como subsistentes ou residentes a medida que apresentavam alguma produção.

TABELA 2

Sistemas de produção da agricultura familiar segundo a diversidade da renda agrícola e total em Itapejara d'Oeste entre set./2004 e ago./2005

	Nº	Sistemas de produção	Renda Total	
			Diversificada <sup>10</sup>	Especializada
E S P.	25	Agricultor familiar especializado em grãos	18	7
	10	Agricultor familiar especializado em leite	7	3
	1	Agricultor familiar especializado em suínos	0	1
	1	Agricultor familiar especializado em gado de corte	0	1
	6	Agricultor familiar especializado em aves	5	1
D I V.	51	Agricultor familiar diversificado em mais de uma atividade agrícola: 3(Av+Gr); 1(Av+Gr+Tr); 1(Av+Le); 3(Av+Le+Gr); 1(Av+Le+Gr+Tr); 1(Av+Tr); 1(Co+Gr); 1(Co+Gr+Tr); 3(Su+Gr); 1(Su+Gr+Psi) 1(Su+Gr+Tr); 7(Gr+Tr); 21(Le+Gr); 1(Le+Tr); 1(Le+Gr+Su); 3(Le+Gr+Tr) e 1(Ho+Tr).	32	19
	5	Agricultor familiar que produz para a subsistência	5	0
	1	Residência rural	1	0
	100	←... Total... →	68	32

Fonte: Perondi (2007).

Uma síntese da distribuição dos agricultores familiares, segundo a estratégia de diversificação, pode ser visualizada na Figura 6, a seguir, que une as diferentes formas de diversificação da renda agrícola e total em composições que podem coincidir com as duas formas de diversificação num quadrante, excluir alguma delas em outro, ou excluir as duas formas de diversificação em outro.

	Diversificação da RA	Especialização em RA
Diversificação da RT	32%	36%
Especialização da RT	19%	13%

Figura 6 – Distribuição dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste em relação a diversificação da renda agrícola e total em 2005

Fonte: Perondi (2007).

<sup>10</sup> Critério igual a  $(RT-RA) > 17\%$  do Produto Bruto, sendo este valor igual a  $2/3$  da média total.

Segundo a Figura 6, metade das famílias diversificaram a renda agrícola, sendo que 32% também diversificaram a renda total. Por outro lado, observa-se que a outra metade das famílias não diversificaram a renda agrícola. Mesmo que 36% delas diversifiquem a renda total,<sup>11</sup> 13% se mantiveram especializadas em apenas um produto agrícola.

As consequências destas estratégias de diversificação podem ser verificadas na Tabela 3 que relaciona as estratégias de diversificação com a renda agrícola e total. O grupo de famílias que diversificou tanto a renda agrícola como a total (diversificação agrícola e intersetorial) apresentou a renda agrícola e a renda total média uma vez e meia superior às médias totais. Apesar desse grupo representar 32% do total das famílias entrevistadas, os casos de renda agrícola e renda total negativa estiveram abaixo da proporção média.

TABELA 3  
Estratégias de diversificação agrícola e intersetorial segundo a renda agrícola e total em Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Grupos de Famílias	Nº	RA média (R\$/fam.)		RT média <sup>12</sup> (R\$/fam.)		RA < 0 (nº)	%	RT < 0 (nº)	%
Diver. RT e RA	32	10.971,40	1,5	28.302,27	1,5	8	25	4	12
Div. RA	19	12.588,17	1,7	18.761,72	1,0	7	37	7	37
Diver. RT	36	3.090,89	0,4	16.394,53	0,9	13	36	3	8
RA espec.	13	1.937,25	0,3	2.182,83	0,1	5	38	5	38
Total	100	7.267,16	1,0	18.807,25	1,0	33	33	19	19

Fonte: Perondi (2007).

O grupo de famílias que diversificou somente a renda agrícola (diversificação) apresentou a renda agrícola média 1,73 vezes superior a renda agrícola total média, mas uma renda total média igual a média total. Esse grupo apresentou o dobro do percentual de famílias com renda agrícola e renda total negativa que o seu percentual de frequência e não conseguiu recuperar nenhum dos casos de renda agrícola negativa porque não contava com nenhum outro tipo de renda que não fosse agrícola. Salientando-se que tanto o número de casos com renda agrícola negativa como de renda total negativa ficaram acima da proporcionalidade média.

O grupo de famílias que diversificou somente a renda total (diversificação intersetorial) apresentou uma renda agrícola média com a metade do valor da renda agrícola total média e uma renda total média mediana, apesar de este grupo ter sido um dos que apresentou um

<sup>11</sup> Interessante observar que todos os casos de subsistência e residência rural apresentam uma estratégia de diversificação da renda total.

<sup>12</sup> A RT teve um valor maior que a RA em todos os grupos, porque foi considerada a renda externa nos grupos em que o montante externo é menor que 17% do PB da família.

elevado número de casos com renda agrícola negativa, tornando-se o grupo com a menor frequência de renda total negativa. Um fenômeno que somente foi possível porque o grupo podia contar com outras rendas além da agrícola.

Por fim, o grupo de famílias que somente contou com uma renda agrícola (especialização) apresentou uma renda agrícola média de somente 1/4 da renda agrícola total média e uma renda total média 1/8 da renda total média. Este grupo apresentou o maior percentual de famílias com renda agrícola negativa e não conseguiu se recuperar em nenhum dos casos.

Mas qual variável poderia diferenciar a análise desse processo de diversificação? Dentre as possíveis alternativas, optou-se por destacar os sistemas de produção que se diversificam via ao menos uma estratégia de agregação de valor.

TABELA 4

Diversificação agrícola com transformação (RA ind.rural) e commodities (RA comm.) segundo a renda agrícola e total em Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Grupos com Div.	N.º	RA média (R\$/fam.)		RT média (R\$/fam.)		RA < 0 (nº)	%	RT < 0 (nº)	%
RT + RA ind.rural	11	22.839,69	2,2	41.593,87	2,3	1	9	0	0
RA ind.rural	06	23.200,40	2,3	30.383,73	1,7	2	33	2	33
RT + RA comm.	21	1.403,51	0,1	5.659,51	0,3	7	33	4	19
RA commodity	13	7.690,22	0,7	12.351,76	0,7	5	38	5	38
Total	51	10.193,83	1,0	18.024,66	1,0	15	29	11	22

Fonte: Perondi (2007).

A Tabela 4 compara os sistemas produtivos de diversificação agrícola com transformação (renda agrícola com indústria rural artesanal)<sup>13</sup> versus os que diversificam somente com *commodities* agrícolas (renda agrícola com renda agrícola de *commodities* agrícolas). Os primeiros dois grupos apresentaram uma renda agrícola e total 2 vezes maior que os dois últimos grupos que diversificam somente com *commodities* agrícolas. E, mesmo aqueles que não diversificaram

<sup>13</sup> Fernandes Filho e Campos (2003) fazem uma excelente revisão sobre o tema da indústria rural no Brasil a partir do último censo agropecuário de 1995/96, chamando a atenção sobre um tema ainda mais relevante, a indústria rural artesanal, que utilizam para diferenciar da indústria rural em geral, uma vez que faz referência apenas às atividades que tem como característica o fato de serem intensivas e uso de mão de obra – sendo, portanto, pouco intensivas na utilização de máquinas e ou equipamentos automatizados – e estar integrada às unidades de produção agrícolas familiares.

intersetorialmente, mas tiveram alguma transformação, foram superior àqueles que diversificaram intersetorialmente e tiveram uma diversificação somente com *commodities* agrícolas.

Isso significa que os efeitos benéficos da diversificação são menores para aqueles que diversificam a renda agrícola apenas com *commodities* agrícolas. Os sistemas de produção que incorporam estratégias de agregação de valor conseguem distanciar a atividade agropecuária, de uma maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados de insumos. Mas esta estratégia não seria diferente se não fosse acompanhada de um vínculo diferenciado, também organizado de maneira específica e estratégica, a outros mercados de produtos (Ploeg, 2006).

A dependência nas *commodities* agrícolas resulta numa maior externalidade do sistema de produção (Ploeg, 1993), isto é, uma perda cada vez maior da autonomia da reprodução. Para manter a segurança em relação a preços e custos, segundo Abramovay (1992), existe a necessidade de uma forte e constante intervenção do Estado. Entretanto, num mundo globalizado, são incertas as mudanças de taxas de juros e câmbio, preços dos insumos e dos produtos agrícolas. Assim, justamente para se proteger destas instabilidades que se deve estimular a produção de valor agregado. Uma proposta que também potencializa o aumento de empregos produtivos no meio rural, uma questão que vai de encontro a problematização levantada inicialmente neste trabalho.

Mas a busca por ampliar a produção de valor agregado no meio rural incorre em que sejam valorizados os sistemas de produção que distanciem o processo de produção, o tanto quanto possível, da dependência aos circuitos mercantis. “Os camponeses buscam as possibilidades de desmercantilizar (no que se refere aos insumos utilizados), para justamente poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização de seus produtos” (Ploeg, 2006, p. 39).

Esta frase de Ploeg refere-se justamente à passagem que refere do modo de produção empresarial para o camponês. Esta passagem é o que permite o surgimento de uma agricultura mais econômica, sendo este um debate internacionalmente conhecido como “*low external input agriculture*” (Mior, 2005).

Percebe-se assim que existem formas diferentes de se diversificar, sendo premente que se discuta o processo de diversificação num viés endógeno que percebe a diferença entre diversificar um conjunto de *commodities* agrícolas e diversificar agregando valor, como também, num viés intersetorial, que visualiza a família sob um contexto *lato sensu*, e percebe o portfólio de atividades estratégicas que diversificam um meio de vida rural.

## **Considerações finais**

Pensar em desenvolvimento rural é pensar que novas famílias estejam dispostas a suceder as atuais unidades de produção rural, sendo a elevação da renda *per capita* rural um efetivo caminho de realização deste objetivo. Portanto, parece ser preponderante pensar em políticas de incentivo à diversificação dos meios de vida no meio rural visando, justamente, elevar a renda rural. Algo que contrasta ao senso comum daqueles que advogam que a renda rural somente poderia se elevar quando o agricultor estiver focado num único agronegócio. Comprovou-se assim que a renda é maior nas famílias que mais diversificam a renda.

Observou-se também que as famílias que diversificam com produtos diferenciados possuem uma renda maior que as famílias que diversificam a renda somente com *commodities* agrícolas. E isso significa que os efeitos benéficos da diversificação são menores quando ocorre somente com *commodities* agrícolas. Existe, portanto, uma forma diferente de se diversificar, sendo premente que se discuta a qualidade do processo de diversificação no nível setorial.

Por fim, observou-se que as famílias que diversificam intersetorialmente, além de agregação de valor, alcançaram uma renda total maior que as demais famílias. Isso significa que os efeitos benéficos da diversificação são menores quando ocorrem somente com atividades agrícolas dentro da unidade de produção, sendo também premente que ocorra uma diversificação no nível intersetorial.

Assim, de forma geral, é possível concluir que além de fortalecer as atividades agrícolas no interior das propriedades familiares, via programas do Pronaf, por exemplo, existe ainda uma necessidade não atendida por políticas de diversificação do meio rural. Políticas que tenham o objetivo de diferenciar e verticalizar a produção agrícola, como também estimular a formação de um ambiente (no sentido social e econômico) propício ao desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural.

## Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos Rurais, 12).

CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of development studies*, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

\_\_\_\_\_. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, Brasília, v. 41, n. 4, p. 859-880, nov./dez. 2003.

GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Tabelas mesorregião geográfica sudoeste paranaense*. Curitiba, 2004.

LIMA, A. J. P. et al. *Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores*. Ijuí: Unijuí, 1995.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: PLOEG, Jean Douwe van der; DIJK, Gerrit van. *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1995.

- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Agricultura. Departamento de Economia Rural. *Grãos, algodão e outras culturas: Paraná: evolução da área colhida e da produção obtida de 1997/98 a 2004/05*. [s.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seab/deral/epcpr.xls>>. Acesso em: 15 dez. 2006.
- PERONDI, M. A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. (Ed.). *Ecología, campesinado y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993, p. 153-195.
- \_\_\_\_\_. *The virtual farmer: past, present, and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- \_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Estudos Rurais).
- RADOMSKY, G. F. W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- REIS, R. P. et al. Custos de produção da cafeicultura no sul de Minas Gerais. *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras, v. 3, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 2001a.
- REIS, R. P.; MEDEIROS, A. L.; MONTEIRO, L. A. Custos de produção da atividade leiteira na região sul de Minas Gerais. *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras, v. 3, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2001b.
- RIZZI, A. T. *O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola: o complexo avícola no Sudoeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Economia). CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. *Anais...* Brasília: SOBER, 2006. 1 CD-ROM.
- SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. *Relatório de pesquisa de Sérgio Schneider e Flávio Sacco dos Anjos*. Financiada pelo CNPq (Número do projeto: 520885/01-5 (NV) do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq)). Porto Alegre: UFRGS/PGDR e UFPEL/PPGA, 2003, p. 1-24.
- SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. *AFDLP – Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2001, p. 1-16.